

**AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.224 - SP  
(2018/0239005-9)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : MARCELO AUGUSTO FABRI DE CARVALHO E**  
**OUTRO(S) - SP142911**  
**AGRAVADO : ELIZETE BESSI PEREIRA**  
**AGRAVADO : DEBORA CRISTINA APEZZATO CONSOLINE**  
**AGRAVADO : ANA MARIA DA SILVA**  
**AGRAVADO : ALEXANDRA FURTADO DA ROSA ARAGAO**  
**AGRAVADO : EDNA DE FATIMA BRITO**  
**AGRAVADO : EDNA MARIA ALVES DE BRITO FERREIRA**  
**AGRAVADO : EDUARDO BALAN GONCALVES**  
**AGRAVADO : JOSE PEREIRA DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARINA CABRERA CORTEZ**  
**AGRAVADO : KATIA REGINA BRAZ PEREIRA**  
**ADVOGADO : MAURO DEL CIELLO E OUTRO(S) - SP032599**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELAS ALÍNEAS A E C DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ADMISSIBILIDADE IMPLÍCITA. POSSIBILIDADE.

I - Na origem se trata de ação ordinária em que se pretende a conversão dos vencimentos em URV. Na sentença se julgou procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi mantida. Nesta Corte se deu provimento ao recurso especial dos particulares apenas para que a conversão ora postulada não se limite aos servidores que mantiveram vínculo com a Fazenda de São Paulo no período entre março e junho de 1994, abrangendo também os servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei n. 8.880/1994.

II - O recurso especial da parte agravada, ao qual se deu provimento parcial, foi interposto com fundamentos nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III, da Constituição Federal. Portanto, alegação de não ter sido realizada a comprovação da divergência de forma específica não impede a admissibilidade do recurso fundado na alegação de violação de lei federal.

III - A Corte Especial deste Tribunal já se manifestou no sentido de que o juízo de admissibilidade do especial pode ser realizado de forma implícita, sem necessidade de exposição de motivos. Assim, o exame de mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de

pronunciamento explícito pelo julgador a esse respeito. (REsp n. 1.119.820/PI, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 19/12/2014). No mesmo sentido: AgRg no REsp n. 1.429.300/SC, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25/6/2015; AgRg no Ag n. 1.421.517/AL, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 3/4/2014.)

IV - Agravo interno improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator